

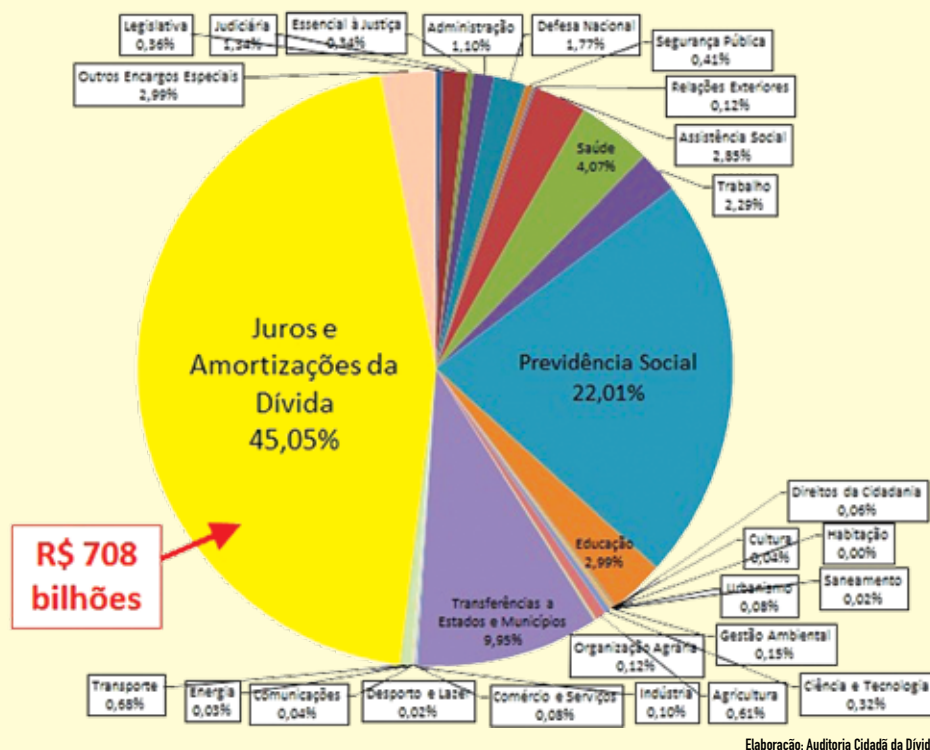
A dívida pública de um Estado pode ser **externa** ou **interna**. Ela é a soma de tudo o que os organismos deste Estado devem. Isto inclui o governo federal, os governos estaduais e municipais e as empresas estatais. A dívida interna é paga em moeda nacional (em reais) e a dívida externa em moeda estrangeira (normalmente o dólar). Mas elas não são coisas separadas, ainda que apresentem causas e consequências distintas.



A dívida externa é resultante de empréstimos contraídos no exterior pelo governo, por empresas estatais ou privadas. Esses recursos podem ser de governos, entidades financeiras internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros bancos ou empresas privadas. Ao contrário do que o governo quer fazer a gente acreditar, **a dívida externa não acabou. Na verdade, ela continua crescendo.** Houve uma ligeira queda com o pagamento adiantado de US\$ 15,5 bilhões ao FMI em dezembro de 2005 mas, posteriormente, ela voltou a crescer. Aliás, é importante dizer que para pagar esta “dívida”, o governo pediu emprestado ao mercado um total de US\$ 12,4 bilhões. Na prática, o que o governo fez foi trocar uma dívida com juros de 4% ao ano por outra com juros entre 8 e 13%. A quem será que interessa uma atitude dessas?

Em setembro de 2011, a dívida externa era de US\$ 402,3 bilhões.

Orçamento Geral da União de 2011



Só para dar um exemplo, sabe o que poderia ser feito com o dinheiro gasto no pagamento da dívida em 2011?

Contratar **2,5 milhões de médicos** com salário mensal de **R\$ 10 mil** por um ano e resolver o problema das filas e do mal atendimento; e **Aumentar o salário mínimo para R\$ 2.660**, beneficiando milhões de brasileiras/os.

Estes dados comprovam que há uma clara opção política em priorizar o pagamento da dívida ao invés de atender as reais necessidades e direitos da população.

Enquanto se gasta R\$ 708 bilhões com a dívida, veja o que é investido nos nossos direitos:

Saúde: R\$ 63,93 bilhões (4,07% do orçamento)

Educação: R\$ 46,97 bilhões (2,99% do orçamento)

Assistência Social: R\$ 44,77 bilhões (2,85% do orçamento)

Trabalho: R\$ 35,97 bilhões (2,29 % do orçamento)

Agricultura: R\$ 9,58 bilhões (0,61% do orçamento)

Saneamento: R\$ 314,2 milhões (0,02% do orçamento)

Junte-se à Campanha:

“A dívida não acabou!

Você paga por ela!

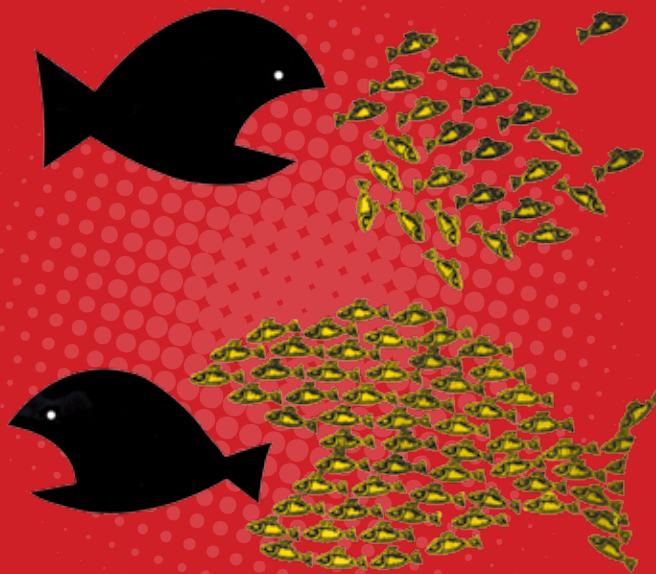
Auditoria Já!”

O que você e sua organização podem fazer?

- Exigir a realização da Auditoria da Dívida, prevista na Constituição Federal de 1988 mas que nunca foi cumprida;
- Realizar debates em escolas, universidades, agências governamentais e com movimentos e organizações;
- Realizar uma Auditoria Cidadã na sua cidade e acompanhar o orçamento do seu município;
- Panfletar e promover debates com a população na rua;
- Realizar uma mostra de vídeos, acompanhada de debates;
- Mobilizações frente ao governo e instituições financeiras;
- Comparar o pagamento da dívida com os gastos na sua área de trabalho e usar isso na sua militância;
- Divulgar através de rádios comunitárias e outros veículos de divulgação populares;
- Distribuir cartazes no seu local de trabalho, residência, igrejas e lazer;
- Utilizar arte e cultura para expressar esta denúncia e proposta, criando músicas, peças de teatro, poemas, ações de rua...

A dívida interna está diretamente vinculada à dívida externa. O crescimento da dívida interna não ocorre devido aos gastos com funcionalismo público, previdência social, educação, saúde, assistência social ou transporte. Nas últimas décadas, os governos passaram a pagar suas dívidas externas por meio de um mecanismo que gera cada vez mais dívidas internas. Com a abertura da economia nos anos de 1990, devido às políticas neoliberais impostas pelo Banco Mundial e FMI, os investidores estrangeiros passam a poder comprar títulos da nossa dívida interna e a aplicar seu dinheiro na bolsa de valores. **Os investidores estrangeiros, então, passam a ver na compra de títulos da dívida pública brasileira um negócio lucrativo.** Eles compram os títulos da dívida do governo brasileiro (são como promissórias) que determinam que, depois de alguns meses, o Estado brasileiro devolve o valor pago acrescido de juros. Após ganharem os juros, com a taxa que é a mais alta do mundo, e serem reembolsados pelo governo brasileiro, esses investidores retornam para seus países de origem com os seus gigantescos lucros. Agem como agiotas... e todo mundo sabe o que é ficar devendo a um agiota, não é mesmo?

Em setembro de 2011, a dívida interna era de R\$ 2,447 trilhões.



Os verdadeiros gigantes somos NÓS, o Povo! Juntos, os peixes pequenos tornam-se um gigante.

Jubileu Sul é uma rede com mais de **80 organizações**, campanhas e movimentos sociais que atuam em cerca de 50 países da América Latina e Caribe, África e Ásia. Formalmente constituído em 1999, o Jubileu nasce tendo como objetivo principal o cancelamento das dívidas dos países do Sul Global. No Brasil, a constituição da rede Jubileu Sul é fruto de um rico processo de debate sobre a dívida nos anos de 1990, promovido por organizações sociais e populares. Dentre as suas principais demandas estão:

- a realização de uma Auditoria da Dívida no Brasil;
- anulação total e incondicional das dívidas ilegítimas cobradas dos povos e países do Sul;
- reconhecimento e reparação das dívidas histórica, social, financeira, ecológica e climática;
- fechamento do Banco Mundial, FMI, OMC, BID e instituições afins;
- a desfinanciarização da natureza e a não implementação de falsas soluções, como o mercado de carbono, a economia verde e os serviços ambientais.

www.jubileubrasil.org.br • jubileubrasil@terra.com.br

Realização: Jubileu Sul Brasil
Apoio: Ação Quaresmal, Cafod, Cese, FNS/CF/Cáritas, DKA e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

A DÍVIDA NÃO ACABOU!

E NUNCA ESTEVE TÃO ALTA:
R\$ 3 trilhões
mais que o dobro dos gastos do governo federal para 2011

**Auditoria
JÁ!**

